

MULHERES DA REFORMA AGRÁRIA NA EDUCAÇÃO: OS SIGNIFICADOS EM SER PEDAGOGA DA TERRA

Débora Monteiro do Amaral¹
Orientadora Profa. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone²

Introdução e Justificativa

Não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo, se não penso. Mas, não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir idéias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação. (Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido)

Pensar em Educação do Campo é mais do que pensar o campo como espaço geográfico, temos que visualizar o mesmo como um local de produção e reprodução de vidas, de trabalho, de cultura, de novas relações com a natureza, de novas relações entre os sujeitos que vivem no campo.

O movimento “Por Uma Educação do campo” vem no sentido de romper com o silêncio, com o esquecimento e com o desinteresse que assombra o meio rural. Porém, a Educação do Campo não fica apenas na denúncia deste silenciamento, ela destaca e coloca em pauta o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negada à população trabalhadora do campo.

Pensar o desenvolvimento do território camponês é pensar em políticas educacionais que atendam sua diversidade, isto é, que pense a educação voltada para os interesses destes sujeitos, que entenda a população camponesa como protagonista propositiva das políticas e não somente como beneficiários e/ou usuários.

É nesse sentido que os movimentos sociais reafirmam que a própria luta pela terra tem seu caráter educativo, pois, traz para as crianças, para os jovens e para os adultos o sentido da

¹ Doutoranda em Educação – PPGE – UFSCar – de_ufscar03@yahoo.com.br

² Profa. Dra. Departamento de Metodologia de Ensino – UFSCar – montrone@ufscar.br

vida, da busca pelos seus direitos e, através dessa busca, estes e estas aprendem e ensinam uns aos outros.

Nesse contexto da busca pela qualidade do ensinar e aprender no campo, os cursos voltados para a formação de pedagogos/as da terra apontam como principal objetivo formar educadores/as com uma visão diferenciada de educação e de pedagogia.

Amaral (2010) em sua pesquisa, destaca a relevância de os/as educadores/as ter consciência de seu papel, que se juntem à causa para poder entender a realidade local e assim sentir prazer em lutar juntos/as com os/as educandos/as para que a educação possa contribuir como um fator para o desenvolvimento, não só econômico, mas também como processo de mudança social.

Os movimentos sociais, emergidos na pedagogia de Paulo Freire, procuram uma educação humanista em que o papel do/a educador/a não é pensar/falar ao povo sobre a visão de mundo que ele/a tem, mas dialogar com o povo sobre a dele/a e a do povo. Dialogar qual é a visão de mundo que o povo tem. O discurso não deve ser alienante, um discurso em que a linguagem do/a educador/a não seja uma linguagem sintonizada com a situação concreta dos homens e mulheres a quem fala. (AMARAL, 2010, p.25)

É nesse contexto que surge o Curso de Graduação de Pedagogia da Terra da UFSCar,³ que é um curso específico para a população assentada beneficiária de projetos de reforma agrária e este se justifica e tem sua relevância pelas demandas colocadas pela realidade social do Brasil rural, espaço em que a necessidade de formação profissional dos seus habitantes vem sendo historicamente ignorada.

O curso teve início no 2º semestre⁴ de 2007 com 60 alunos/as advindos/as de vários assentamentos/ acampamentos do Estado de São Paulo e pertencentes a 4 movimentos sociais diferentes (MST, FAF, FERAESP, OMAQUESP). Para os movimentos sociais do campo, a intencionalidade pedagógica dos cursos de formação de educadores/as ou pedagogos/as da terra tem em sua centralidade a prática educativa da práxis social, retomando a reflexão sobre a força formadora do trabalho, da cultura, da luta social, como matrizes educativas do ser humano e que não podem deixar de ser intencionalizadas como práticas pedagógicas em um projeto educacional que se pretenda emancipatório.

³ Este curso é resultado das demandas dos movimentos sociais do campo em parceria com o ICRA e UFSCar e se deu através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

⁴ Tivemos a etapa preparatória (em que os estudantes que iriam prestar o vestibular tiveram aulas na UFSCar). As aulas começaram mesmo em janeiro de 2008.

[...] a educação é sempre um ato político. Aqueles que tentam argumentar em contrário, afirmando que o educador não pode fazer política, estão defendendo uma certa política, a política da despolitização. Pelo contrário, se a educação, notadamente brasileira, sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação. Não estamos politizando a educação. Ela sempre foi política. Ela sempre esteve a serviço das classes dominantes. (FREIRE, 1979, p.6)

Para os movimentos sociais, é realçada principalmente a importância do engajamento político do/a educador/a nos movimentos sociais, com implicações em sua prática pedagógica, como componente fundamental de elevação da consciência crítico-reflexivo do docente. Neste sentido, procura-se compreender as implicações do engajamento do/a educador/a em sua prática docente, a partir da interação que esse sujeito mantém com os movimentos sociais, irrompendo os limites da sala de aula e projetando-se para o campo da política social e educacional, de concepção de sociedade dentro das potencialidades ontológicas do trabalho.

A reflexão sobre o perfil de formação dos/as futuros/as educadores/as dos cursos de Pedagogia da Terra deve ser sempre objeto fundamental na discussão do projeto político-pedagógico do curso entre os movimentos sociais e as instituições parceiras, pois, a convicção de formação do ser humano que os movimentos sociais carregam no seio de seu projeto de educação e, sendo assim, no projeto de uma nova nação, tem que ser pautada consciente e intencionalizadamente.

Segundo os movimentos sociais do campo, em qualquer que seja o curso para formação de educadores/as do campo há pelo menos três dimensões que devem ser priorizadas: aprendizados básicos relacionados ao nível escolar do curso, uma formação política e consciente voltada às estratégias de formação de militantes e, formação profissional ou específica para o trabalho.

Na formação do educador nossos cursos devem se orientar por uma *formação pedagógica* alargada e igualmente consistente, superando as concepções pragmatistas e reducionistas predominantes hoje em muitas Universidades. Nossos estudantes precisam se preparar para conduzir processos de formação humana em diferentes tempos, espaços, situações, com diferentes sujeitos. (CALDART, 2008, p.8)

Amaral (2010) traz em sua pesquisa que na formação de educadores e educadoras do campo (e também da cidade), é necessário levar em conta que o/a professor/a tem um papel político a desempenhar, pois tendo consciência crítica da escola e de suas atribuições,

estabelece relações entre a escola e a sociedade, posicionando-se como sujeito crítico, pois é membro da sociedade civil. Assim, a realidade se transforma porque o processo de interações inovadoras requer novas condições sociais, distribuição de poder e espaços para ir situando novos aspectos de uma cultura, que emerge no ambiente escolar.

Durante a pesquisa de mestrado com estudantes desse curso de Pedagogia da Terá, foi possível ressaltar alguns processos de interdição pelos quais as classes populares passam ao longo da vida na busca de seus direitos, como, neste caso, o direito de estudar e ter condições dignas para isso. Este processo foi analisado tendo em foco a busca pelo *ser mais*, que já nos ensinava Freire (2005), ou seja, a luta para se ver livre da relação opressor-oprimido.

Pensando na inconclusão dos seres humanos e também na possibilidade de entender como, a partir da formação dessas educandas em pedagogia da terra, se daria a luta pela libertação da relação de opressão que os assentados e as assentadas de reforma agrária sofrem ao longo da nossa história, levantamos alguns questionamentos.

Os questionamentos que culminaram na questão de pesquisa do doutorado partiram da tentativa de entender: como as licenciadas em pedagogia da terra podem contribuir em seus assentamentos? Será que esta formação garantirá melhores condições de educação nas comunidades que elas vivem? Apesar dos assentamentos em sua maioria não ter escola, estas pedagogas da terra formadas terão onde trabalhar no sentido de dar um retorno para seus movimentos e para a comunidade? Quais as práticas pedagógicas que elas conseguirão desenvolver nos assentamentos? Como atuar para que as crianças, os jovens e os adultos dos assentamentos não sofram os processos de interdição que elas (pedagogas da terra) passaram ao longo de suas vidas?

Tais questionamentos culminaram na seguinte questão de pesquisa a ser respondida nesta pesquisa de doutorado: Que significados as pedagogas da terra formadas na UFSCar atribuem para a sua vida e para a sua prática profissional?

O objetivo da pesquisa é descrever os significados atribuídos pelas licenciadas do curso de pedagogia da terra da UFSCar.

Pretende-se ainda identificar, descrever e analisar:

- processos educativos na prática de pedagogas da terra formadas pela UFSCar.
- as facilidades e dificuldades na sua atuação como pedagogas da terra.

Metodologia e procedimentos

Amaral (2010) destaca que o pesquisador e a pesquisadora devem colocar seus instrumentos a serviço da construção de uma sociedade mais justa e democrática e, para isso, devem trabalhar com o grupo oprimido para que juntos consigam um conhecimento da realidade que conduza à identificação dos meios para superar a situação de opressão.

Para a realização desta pesquisa opta-se pela pesquisa pautada nos princípios da educação popular, que atrelada aos movimentos sociais, se insere no interior das relações de poder, na luta contra a ordem hegemônica elitista que se instala na sociedade. A luta pela emancipação dos sujeitos oprimidos e explorados está no seio dos movimentos sociais, tal como no da educação popular.

A educação popular é entendida como uma pedagogia que conceitua a educação como atividades culturais para o desenvolvimento da cultura, contribuindo para a superação das negatividades de todas e quaisquer culturas e para a afirmação e impulso de suas positivities (SOUZA, 2007).

Segundo Paludo (2001, p.53):

[...] a Educação Popular representa uma concepção de educação que inicia sua gestação com o projeto de modernidade brasileira e latinoamericana, cujos contornos se inovam e começa a se delinear de forma mais clara, ganhando adesões nos anos 60 e aprofundando-se nas décadas de 70 e 80.

É o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; é a capacitação científica e técnica (FREIRE, 2009). O conceito popular abriga conotações muito distintas entre si, apontando desde a idéia de classe social até as classes subalternas, de pobres, marginalizados, oprimidos e excluídos. Já o termo popular dirige-se a todas as camadas da população, com atenção especial para aquelas que estão despossuídas de bens, saberes ou poderes legitimados.

Para Streck (2006, p. 32) a educação popular não tem como ponto de partida um único lugar e também não tem como ponto de chegada um único projeto. O autor defende que o ponto de partida pode ser as mulheres, os povos indígenas, os camponeses, os desempregados etc., cada um desses segmentos sociais com suas formas de organização, pautas de luta e projeto de sociedade e que o ponto de chegada pode variar desde a ampliação de espaços na sociedade existente até a criação de um modelo alternativo, parcial ou totalmente distinto daquele que existe.

O que justifica a Educação Popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio

saber... Estamos em presença de atividades de educação popular quando independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de um saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social e transformador. A educação popular quando, enfrentando a distribuição desigual dos saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo. Pelo que foi exposto antes, o fato é que se a educação popular pode ser entendida como uma atividade específica (não é toda ação assistencial, de trabalho social ou de política educativa) ela, por outro lado, não requer ser realizada no interior do sistema educativo formal, separada do conjunto de práticas sociais dos indivíduos. Muito ao contrário, a educação popular vem sendo desenvolvida no interior de práticas sociais e políticas e é aí precisamente onde podem residir a sua força e sua incidência”. (La Educación Popular Hoy em Chile: Elementos para Definirla, ECO, Educación y Solidariedad – p.9).

Como diz Brandão (2006), não é somente em uma sociedade transformada que se criam uma nova cultura e um novo ser humano, é ao longo do processo coletivo de transformá-la que as classes populares se educam na própria prática com o aporte da educação popular.

A finalidade, portanto, da luta destas forças culturais, mobilizadoras e organizadas em novos movimentos sociais, será radicalizar a democracia, ou seja, levar as exigências democráticas às suas últimas consequências.

É nesse sentido que os movimentos sociais e os movimentos de educação popular trazem Paulo Freire como uma de suas matrizes teóricas, pois foi ele que abriu um caminho importante ao trazer toda sua reflexão em torno do processo de produção do ser humano como sujeito, da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço de tentar deixar de sê-lo, ou seja, tentar transformar as circunstâncias sociais dessa sua condição, engajando-se na luta por libertação.

Freire traz a necessidade do desvelamento do mundo com os sujeitos, do diálogo permanente com eles, para promover a libertação e também outra visão de mundo que não a dominante imposta. A alteridade é aqui ponto central, pois, por meio dela se pode realmente estar com e no mundo. O processo e o dinamismo da conscientização e da ampliação de visão de mundo com as pessoas tornam relevante esta investigação, pois, ao formar pedagogos da terra, estes têm que estar exatamente com o mundo e com os outros para que essa formação seja um diferencial na luta desse povo, na busca permanente pela sua libertação.

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem melhor que eles, para ir compreendendo

a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 2005, p.34)

A produção do saber científico, historicamente, tornou-se especificidade das instituições acadêmicas, dentre elas a universidade, gerando as polaridades saber científico versus saber popular, teoria e prática, cultura erudita e cultura popular. No contexto dos cursos como os do PRONERA, os movimentos lutam pelo direito à escola e à educação em uma perspectiva de uma educação popular e, nesse sentido, buscam se formar voltados aos interesses das classes populares, diferentemente do que vemos historicamente dentro das Universidades, que desde seu surgimento se constituíram em influências sob a lógica da ciência e do poder, destinadas à formação da nobreza.

Destacamos a pesquisa com base na educação popular, pois partimos do princípio de que assim como não existe um vazio de poder, também não existe um vazio de saberes e de cultura. O que há é o não reconhecimento dos saberes de grupos marginalizados como legítimo dentro daquilo que se convencionou chamar de ciência ou de conhecimento (SOBOTTKA, et al. 2006). A pesquisa participante vem com o intuito de trazer à tona a sabedoria e a tradição popular pretendendo que estas nos ofereçam pistas para enfrentar a crise social que vivemos. Tem como propósito trabalhar na perspectiva da práxis, assim como da inserção da ciência popular na produção do conhecimento científico.

Pode-se afirmar que no processo da pesquisa pautada na educação popular, a pesquisadora tem a oportunidade de vivenciar aquilo que Freire defendia, ou seja, “deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares” (FREIRE, 1983, p.36).

A coleta de dados conta com um levantamento bibliográfico ao longo de toda a pesquisa e se apóia na busca de textos sobre a temática que ajude a entender e a problematizar o objeto da pesquisa, apoiando-se nos autores centrais da linha de pesquisa, dentre os quais destacamos principalmente Paulo Freire.

Outro instrumento utilizado para a coleta de dados é o registro em diário de campo. Como sugerem Bogdan e Biklen (1994) quando afirmam que, para o sucesso de um estudo de observação na investigação qualitativa, é de extrema importância o detalhamento e a precisão da notas de campo, os registros serão feitos desde o momento da aproximação da pesquisadora com as sujeitos participantes até o final da pesquisa.

A utilização do diário de campo pelo/a pesquisador/a deve servir como um instrumento de reflexão, por vezes ele provoca o despertar para acontecimentos e temas não previstos ou não captados pelas demais técnicas. É, antes de tudo, um lembrar de momentos passados juntos (entre ou com pesquisador e sujeitos pesquisados). É leitura e observação do meio em que se está inserido na realização da pesquisa (WHITAKER, 2002).

Colaborarão com a pesquisa 8 licenciadas em Pedagogia da Terra pela UFSCar, sendo: 5 que residem em assentamentos rurais que tem escola, 2 em assentamentos que não tem escola e 1 em um assentamento que está em processo de consolidação de uma escola.

A escolha por essas participantes se deu pelo fato de morarem no máximo 2 horas da cidade de São Carlos, ter pertencido ou pertencer a movimentos sociais que participaram do curso da UFSCar e residirem no assentamento.

As participantes:

- duas do Assentamento Monte Alegre (cidade de Motuca), que se localiza 75km da cidade de São Carlos. Esse assentamento conta com uma escola do campo. As duas militam junto à Federação dos Agricultores Familiares do Estado de São Paulo (FAF).

- uma do Assentamento Reage Brasil (cidade de Bebedouro), que se localiza a 150 km de São Carlos. Nesse assentamento há escola de educação infantil. A licenciada é militante pela Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP).

- uma do Assentamento Sepé Araju (cidade de Serra Azul), localizado a 115km de São Carlos. É um assentamento que conquistou uma escola recentemente. A participante é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

- uma do Assentamento Horto Aimorés (cidade de Pederneiras), localizado a 128 km de São Carlos. É um assentamento que está em processo de consolidação de uma escola. A licenciada durante o curso era militante pela Federação dos Agricultores Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP), mas atualmente milita sem vínculo com movimento social.

- uma do Assentamento Horto Guaraní (cidade de Pradópolis), que se localiza a 89 km de São Carlos e é um assentamento que não tem escola. A licenciada milita pela Federação dos Agricultores Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP).

- uma do Assentamento Córrego Rico (cidade de Jaboticabal), localizada a 110 km de São Carlos. Nesse assentamento não há escola. A licenciada é militante pela Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP).

- uma do Assentamento Bela Vista (cidade de Araraquara), localizada a 35 km de São Carlos. Nesse assentamento há escola. A licenciada era militante da Federação dos Agricultores Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP).

A escolha se justifica pela necessidade de investigar quais serão as ações dessas pedagogas da terra nos seus assentamentos e/ou em outros espaços considerando diferentes contextos educacionais.

Realizaremos também entrevistas, pois, acreditamos que a mesma é uma técnica importante para o trabalho de campo, revela-se como uma fonte de dados objetivos ou concretos como também de dados subjetivos, identificando aspectos mais profundos da realidade, possibilitando, dessa forma, o acesso à informações dificilmente abordáveis por outros instrumentos, pois existe

[...] a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos... e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através da porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 2000, p. 108- 109)

As entrevistas⁵ terão como intuito investigar que significados as pedagogas da terra formadas na UFSCar atribuem para a sua vida e para a sua prática profissional. Também procuraremos tentar compreender como se dá a ação destas licenciadas em pedagogia da terra em seus assentamentos de origem e/ou em outros espaços e quais as dificuldades e facilidades que encontram, bem como as características dessa ação.

Pretende-se realizar tanto entrevistas individuais, lembrando que cada colaboradora da pesquisa estará em seu assentamento, como também uma entrevista coletiva no final da coleta dos dados, visto que está previsto um encontro de 1 ano de formatura da turma na cidade de São Carlos.

Pretendemos assim, entender as visões distintas relacionadas ao mundo da vida e à temática da educação na visão destas pessoas investigadas. Buscaremos, também, através da colaboração dessas pessoas, compreender quais processos educativos foram possíveis de ser identificados a partir da atuação da licenciada em pedagogia da terra nesse assentamento.

⁵ Para a realização das entrevistas será construído um roteiro entendido como guia, com questões desencadeadoras, flexíveis e reflexivas referentes à questão de pesquisa e seus objetivos, entendendo que por ser uma pesquisa participante prevemos a possibilidade de novas questões surgirem a partir da dinâmica das próprias entrevistas.

Forma de análise dos resultados

Para a análise dos dados serão feitas, primeiramente, a escuta e as transcrições das entrevistas. Em seguida, elaboraremos um texto com os resultados preliminares das análises, cruzando-as com as vivências nos assentamentos investigados e com os registros em diários de campo.

A escolha de categorias e a análise de conteúdos serão os elementos centrais que irão compor a análise dos dados desta pesquisa. (MINAYO, 1994).

O passo seguinte será a análise compartilhada dos dados junto com os sujeitos da pesquisa, pretendendo dessa forma levar as categorias temáticas até então destacadas para análise juntos com todos e todas. Para esse processo será necessário o retorno nos assentamentos e, em rodas de conversa, socializar os dados e dialogar sobre o que foi percebido.

Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e, a construção final do texto constituirá a síntese e seleção dos resultados, as provas e validações, as inferências e a interpretação levando em consideração as sugestões e críticas feitas pelos sujeitos participantes da pesquisa.

Resultados esperados

Com esta pesquisa espera-se desvelar os significados que as pedagogas da terra formadas na UFSCar atribuem para a sua vida e para a sua prática profissional bem como processos educativos que ocorrem nos assentamentos rurais do estado de São Paulo e em outros espaços educativos que contam com a participação e colaboração de mulheres formadas no curso de Pedagogia da Terra da UFSCar (primeira turma do estado de São Paulo). Pretende-se encontrar espaços de educação que vão além de salas de aulas, uma educação que ocorra na e com a comunidade, que seja gestada e desenvolvida por ela, uma educação que se pretenda emancipadora por trazer sujeitos do mundo, fazedores de sua história e, por isso, em processo inacabado de ser, na busca constante da libertação. Ainda pretende-se identificar e compreender como se dão as facilidades e dificuldades na atuação como pedagogas da terra.

Referências

AMARAL, Débora M. Pedagogia da Terra: olhar dos/as educandos/as em relação à primeira turma do estado de São Paulo. 2010. 241f. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo Romeu. (orgs.) **Pesquisa Participante**. O saber da partilha. 2.ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

CALDART, Roseli Salette; ARAUJO; Maria Nalva, KOLLING, Edgar Jorge. MST. **Formação de Educadores nos Cursos Formais**. 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

_____; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 10. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. – 7ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abraso, 2000.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

SOBOTTKA, Emil; EGGERT, Edla; STRECK, Danili R. A pesquisa como mediação político-pedagógica. Reflexões a partir do orçamento participativo. In: BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo Romeu. (orgs.) **Pesquisa Participante**. O saber da partilha. 2.ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

SOUZA, João Francisco de. Educação popular e movimentos sociais no Brasil. In: CANÁRIO, Rui (Org.). **Educação popular e movimentos sociais**. Lisboa: EDUCA, 2007.

STRECK, Danilo. R. A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? **Revista Brasileira de Educação**, 2006.

WHITHAKER, Dulce Consuelo A. **Sociologia rural**. Questões Metodológicas Emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.